

“COMO NÃO CONFIAM NA GENTE E, AINDA ASSIM, ENTREGAM AS CHAVES DA NOSSA CELA?” Reflexões sobre autogestão prisional



"HOW CAN THEY NOT TRUST US, AND YET THEY HAND
OVER THE KEYS TO OUR CELL?"
Reflections on prison self-management

Adeilson Luís Pinheiro Viana
Universidade Estadual do Maranhão
Departamento de Ciências Sociais | São Luis, Brasil
adeilson.gvianna@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-6580-1277

Resumo

Este artigo resulta do projeto “Outra prisão é possível? Liberdade e confinamento na autogestão prisional”, pesquisa de iniciação científica desenvolvida entre 2019- 2020 na APAC (Associação de Proteção e Amparo aos Condenados), em São Luís. Mobilizo algumas reflexões acerca da autogestão prisional presente no método de execução penal da APAC. Este trabalho se baseia em queixas realizadas pelos recuperandos durante conversas espontâneas como parte da reflexão tecidas por eles. Ao ter suas funções pré-estabelecidas (no regimento) e estabelecidas (na unidade), o que Darke (2019) define como autogestão da unidade acaba por se caracterizar mais como uma espécie de “participação” na estrutura organizacional da unidade.

Palavras-chave

Antropologia dos Agenciamentos Prisionais; APAC; Etnografia; Autogestão prisional.

Abstract

This article results from the project "Another prison is possible? Freedom and confinement in prison self-management", a research of scientific initiation developed between 2019- 2020 in the APAC (Association for Protection and Support to Convicts), in the city of São Luís. I develop some reflections on the practice of prison self-management common to the method of penal execution of the APAC. This paper draws on complaints made in the context of spontaneous conversations as part of the reflections woven by these rehabilitees. As their roles as pre-established (in the regiment) and established (in the unit), what Darke (2019) defines as unit self-management ends up being characterized rather as a kind of "participation" in the organizational structure of the unit.

Keywords

Anthropology of Prison Agencies; APAC; Ethnography; Prison Self-Management.



Este artigo emerge do projeto “Outra prisão é possível? Liberdade e confinamento na autogestão prisional”, pesquisa de iniciação científica desenvolvida entre 2019-2020 na APAC (Associação de Proteção e Amparo aos Condenados), em São Luís. Aqui, mobilizo algumas reflexões acerca da autogestão prisional presente no método de execução penal da APAC. Para isso, exporei brevemente algumas notas sobre a APAC. Em seguida, reflito sobre as queixas dos *recuperandos*¹ em relação à administração da unidade e, por fim, destaco as dualidades entre “ser administrador” e “ser administrado”.

As APACS constituem um método de gestão alternativo ao sistema prisional comum, no qual os *recuperandos* têm participação na gestão das unidades, possuindo, inclusive, as chaves de suas celas. Atualmente, o Maranhão é um dos 8 estados brasileiros que implantaram o método APAC. Instituída como política de estado, foi ampliada no governo de Flávio Dino (2015-2018). No Estado funcionam 7 das 52 unidades da APAC existentes no Brasil e nelas estão abrigados 401 *recuperandos*².

As rotinas das unidades da APAC e as relações funcionários-presos são regidas por códigos de conduta escritos ou coescritos por prisioneiros ou ex-prisioneiros. Neste método, não existe a figura do agente penitenciário ou de policiais. As unidades são geridas por funcionários (muitos deles voluntários), *recuperandos* e comunidade. Os *recuperandos* desempenham atividades diversas, desde a alimentação até a elaboração de políticas e regras de convívio, executadas e fiscalizadas pelo Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS), um dos órgãos auxiliares de administração da unidade (Darke 2019).

No sistema comum, a gestão das cadeias é feita exclusivamente por uma equipe formada por servidores, em geral agentes e técnicos penitenciários, responsáveis pela “ordem”, mas alguns acordos das dinâmicas de organização dependem dessas negociações entre presos-administração e de presos-presos (Biondi 2018; Darke 2019; Marques 2009). Em contraste, nas APACs, ao recuperando é assignado o papel de polícia e de vigia dos outros presos, desestruturando a lógica de qualquer sistema comum (Vargas 2011: 89). O CSS dentro da

¹ Nas unidades da APAC, os presos são chamados de *recuperandos* e são responsáveis pela sua recuperação. Trata-se, portanto, de uma lógica distinta da ideia de “ressocialização”.

² Fonte: <http://site.tjma.jus.br/umf>. Acessado em 29 de junho de 2020.

APAC atua, nesse sentido, como um órgão de controle junto à administração da unidade. Segundo Vargas,

A principal função dos membros dos Conselhos de Sinceridade e Solidariedade de cada regime é fazer cumprir todos os regulamentos, instruções, portarias e ordens internas emanadas da direção da APAC, além de controlar os horários, as entradas e saídas, enfim, o comportamento dos recuperandos e a disciplina de um modo geral. Os membros dos CSS, mesmo não tendo nenhum poder jurídico direto, podem julgar as infrações dos recuperandos ao compromisso assumido, sugerindo à diretoria da APAC punições, advertências, bem como elogios e promoções. (Vargas 2011: 185)

Esse modelo considera que os *recuperandos* são parte da administração, gerindo assim sua pena e de seus colegas, a partir de tecnologias de poder que regulam seus próprios corpos, constituindo um modelo bem distinto da prisão moderna analisada por Foucault (1996). Seu modelo expressa uma mudança não somente estrutural, como também regimental e de gestão, com foco amplo na dignidade, inclusão, participação democrática e vida comunitária, como destacam seus documentos. No entanto, como exporei adiante, esse sistema apresenta contradições ao lidar com os *recuperandos* como, de fato, administradores iguais aos demais.

A APAC onde desenvolvemos nosso projeto está localizada na zona rural de Paço do Lumiar, Região Metropolitana de São Luís, em um lugar de difícil acesso. Para chegar até lá, contamos com o apoio do Tribunal de Justiça, que disponibilizou um micro-ônibus que nos levava toda semana até o local para executarmos o projeto de extensão “Outra Visão”, coordenado pela Profa. Karina Biondi, em meio ao qual alguns de nós realizávamos pesquisa de campo.

Apesar das atividades de extensão ajudarem a entrada no campo, dependeria de nós, enquanto pesquisadores, estreitar o contato com os *recuperandos*. Ainda que adotássemos os termos “alunos de dentro” e “alunos de fora”³ (pois, afinal, naquele momento todos éramos alunos do Curso de Formação Social), esse processo foi complicado para mim, em função de barreiras

³ Aqui, uso “alunos de fora”, por se tratar de uma equipe diversa, marcada por raça e gênero. Em respeito ao colega Heloan Amorim, adoto o termo que não define o grupo em um pronome masculino ou feminino, mas sim neutro, como o colega preferiu identificar seu gênero.

que não eram apenas culturais, mas também de sexualidade. Lembro-me que, no primeiro dia do projeto, em uma roda formada no pátio da APAC onde ficávamos todos sob os mesmos olhares, fiz minha apresentação e logo notei cochichos, olhares e até alguns risos contidos. É impossível não me olhar e perceber algo “diferente” do normal. O jeito de falar, a voz, os gestos, as roupas, tudo dizia muito sobre quem eu sou. Além de pesquisador/aluno de fora, sou também um sujeito homossexual.

A instituição a qual a pesquisa foi realizada, recebia apenas homens. Ainda não se tem notícias sobre uma APAC feminina no estado do Maranhão, mesmo este sendo o segundo estado com o maior número de unidades. Assim, este público era em sua maioria formada por homens, héteros e negros, com uma faixa etária de 30 a 40 anos, exceto dois *recuperandos* que tinham idades acima de 50 anos. Durante aplicação do levantamento dos *recuperandos* que participariam do curso de extensão, observamos também que a maioria desses sujeitos não tinham concluído o ensino médio, o que nos fez pensar adaptações na metodologia das aulas.

Coloco essas experiências para pensar o trabalho do antropólogo (ou do aprendiz, no meu caso) e suas subjetividades, colocando o “mito do antropólogo assexuado” (Buffon 1992: 68) em evidência. Foi possível sentir na pesquisa o que Grossi (1992) identificou como “interferência do gênero do pesquisador no acesso diferenciado a determinados espaços e informações” (apud Buffon 1992: 64). No meu caso, essa interferência se dava pela sexualidade.

Diante disso, tentei criar algumas estratégias que pudessem facilitar a aproximação com os *recuperandos*. Como todos sentávamos na mesma mesa e éramos, assim, igualmente alunos, tratei de resgatar memórias e adaptar malabarismos que fazia na sala de aula desde o Ensino Médio para me inserir e ser aceito “como eu mesmo” naquele espaço. Algo que eu tinha de comum com os “alunos de dentro” eram as tatuagens. As minhas eram bem visíveis, espalhadas pelo meu braço direito, e foi o que me fez ter um primeiro diálogo direto com alguns *recuperandos*, já algumas semanas depois do início do projeto. Contar os relatos das minhas tatuagens permitiu uma troca de histórias sobre elas e algumas identificações. Depois desse dia, eu já recebia café, tirava dúvidas sobre as atividades e ouvia as histórias sobre o cotidiano da APAC.

No início do projeto, nossa equipe de alunos foi orientada e aconselhada pela Profa. Karina Biondi e por seu companheiro Chicão, coordenadores do projeto “Outra Visão”. Entre as muitas questões postas por Chicão, enquanto egresso e por Karina, enquanto pesquisadora da temática, fomos alertados sobre o que poderíamos encontrar no campo. Dentre outras coisas, um *recuperando* poderia nos abordar para pedir algo (um favor, um objeto etc.) ou para queixar-se (sobre o sistema, sobre a comida etc.). Havia muitas possibilidades e nós, como pesquisadores, deveríamos estar preparados para saber como reagiríamos.

De fato, bilhetes com pedidos faziam parte do cotidiano no campo. Era comum, sempre no final de nossas atividades, um “aluno de fora” relatar que *fulano* havia pedido algo. Posteriormente, durante o processo de escrita de relatório, notei que queixas apareciam sempre nos rascunhos do caderno de campo, nas conversas com os interlocutores, transcrições e exercício de lembranças das atividades. Muitas vezes, apareciam repetidamente por diferentes sujeitos. Percebi, então, que as “queixas” não eram apenas uma lamentação ou reclamação sobre um serviço mal prestado. As “queixas” faziam parte das reflexões tecidas pelos *recuperandos* da APAC sobre suas experiências naquela instituição. Eram apontamentos sobre a vida cotidiana dentro daquele sistema alternativo, que não podíamos observar por vivenciarmos a APAC em poucos momentos – no caso, todas as quartas-feiras. Esse emaranhado de queixas destacava a maneira como os *recuperandos* eram cientes do seu papel dentro da estrutura de autogestão da APAC, pois vinham de quem se apropriava intensamente dos manuais de conduta da unidade, para conhecer e fazer valer seus direitos e deveres na instituição.

Uma das principais considerações que guiam os projetos desenvolvidos na APAC por nosso grupo de pesquisadores é que os indivíduos aprisionados elaboram ricas reflexões acerca das experiências que vivenciam e das suas próprias existências (Biondi 2018). Essas reflexões, na forma de queixas, apareciam recorrentemente durante conversas espontâneas que relatavam a vida cotidiana na APAC. Ao se direcionar a mim e falar “*A APAC é só fachada!*”, Joelson⁴ não apenas relatava o que acontecia nos outros dias da semana, na nossa ausência, mas tecia reflexões sobre a filosofia da APAC e seu método.

⁴ Nome fictício.

Vi que precisava ouvir (Cardoso de Oliveira 2000) o que os “alunos de dentro” tinham a dizer e passei a pensar, então, que as queixas apresentavam também questões pertinentes ao próprio lugar do *recuperando* naquela administração. Ninguém sabia melhor que eles o regulamento e regimento da instituição. José, por exemplo, andava sempre com seu livreto regimental, apresentando rasuras e marcações que mostravam seu estudo sobre o documento. Para os *recuperandos*, era uma forma de estarem sempre preparados para qualquer coisa que viesse a acontecer fora do regimento, bem como para acionar seus direitos, caso lhe fossem negados ou colocados em questionamento.

Em diferentes momentos, os interlocutores questionavam alguns acontecimentos acerca das relações vivenciadas na APAC e relatavam atritos entre *recuperandos* e administração da unidade. Como Renato destacou: “Aqui todo mundo já tem suas funções. Já tem as pessoas escolhidas pra fazer o trabalho e sempre são as mesmas pessoas. Isso é chato, por que às vezes a *diretoria* não deixa nós ir para as aulas, pra ficar no trabalho”. Nesta queixa, observo como algumas vezes os *recuperandos* se colocavam externos à gestão, se dissociando dela quando, na visão deles, as decisões eram equivocadas.

Em um determinado momento, entretanto, as queixas aumentaram. Entre uma atividade e outra, os *recuperandos* contavam como “a APAC estava mais rígida” e como alguns acontecimentos os aborreciam. Logo em seguida, houve mudança na equipe de funcionários. Nem nós e nem os *recuperandos* sabíamos ao certo os motivos para essas mudanças, o que me levou a perceber certa falta de transparência, de repasse de algumas informações aos *recuperandos*. Desde então, nossas aulas passaram a sofrer vigilância. Se, antes, nossa equipe ficava a sós com os *recuperandos* em uma sala de aula, após a mudança, era frequente ter algum funcionário nas aulas, avaliando o que estávamos conversando, o conteúdo das aulas e o comportamento e falas dos *recuperandos*.

Além disso, as estruturas físicas da unidade também mudaram. O lugar que, em nossos primeiros encontros, não tinha grades em seu pavilhão e era aberto e de livre circulação entre os corredores, agora estava tomado por grades que cobriam o pátio como se fosse uma gaiola. “Gostaram da nossa nova casa? Agora sim, parece uma cadeia, né?” indagou um dos

interlocutores, em tom irônico. Realmente, foi a primeira vez que me senti em uma cadeia. Alguns *recuperandos* chegaram até a adoecer por conta dessa mudança.

O aumento de rigor disciplinar, de vigilância e de quantidade de grades foi interpretado pelos *recuperandos* como falta de confiança neles por parte da administração: “Eles acham que a gente não tem recuperação. Como pode isso? Se alguém aqui disser pra eu ir na minha casa entregar um saco de manga e voltar, eu vou e volto no mesmo dia. Não tenho razão para fugir, porque eu quero continuar a cumprir minha pena como uma pessoa direita.” As mudanças na equipe e na estrutura da unidade alteraram também as relações entre os *recuperandos* e a outra parte da administração, tornando as tensões mais frequentes. Não serem vistos como pessoas recuperáveis e confiáveis ia de encontro aos princípios da APAC e o método pregado para a recuperação dos presos. “*Como não confiam na gente e, ainda sim, entregam as chaves da nossa cela?*” indagou um *recuperando*. Essa contradição em não confiar em alguém que tinha as chaves da sua cela também nos causava questionamento. Ora, se uma das premissas era justamente essa confiança na recuperação, o que colocava os *recuperandos* como pessoas não confiáveis a ponto de ser necessário cercá-los de grades?

Neste artigo, procurei mostrar como as queixas dos *recuperandos* nos oferecem um panorama do cotidiano da APAC, de seu modelo de autogestão e dos atritos decorrentes de uma diferenciação entre os diferentes atores da unidade. Esse panorama permitiu observar algumas contradições na autogestão desta unidade.

Ao ter suas funções pré-estabelecidas (no regimento) e estabelecidas (na unidade), como me destacou Renato sobre o trabalho dos *recuperandos* na APAC, o que Darke (2019) define como autogestão da unidade acaba por se caracterizar mais como uma espécie de “participação” na estrutura. Isso fica também evidente em falas de diversos *recuperandos*, quando se colocam como externos à gestão da unidade, fazendo um movimento de diferenciação a práticas que são vistas como equivocadas. No entanto, fazer essas críticas também poderia trazer problemas para quem almejou cumprir sua pena em um lugar que oferece condições de dignidade, comparado ao sistema comum. É por isso que essas reflexões, que destacam a dualidade entre “ser administrador” e “ser administrado”,

aparecem como queixas realizadas em conversas espontâneas e, portanto, não são formalizadas para a outra parte da gestão que não está nas mesmas condições que os *recuperandos*.

Referências Bibliográficas:

- BIONDI, Karina. 2018. *Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC*. 2ª edição ampliada, São Paulo: Terceiro Nome.
- BUFFON, Roseli. 1992. “Encontrando uma tribo masculina de camadas médias”. In. Miriam Grossi (org.). *Trabalho de Campo e Subjetividade*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. pp. 53-70.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo; São Paulo: Editora UNESP.
- DARKE, Sasha. 2019. *Convívio e Sobrevivência: Coproduzindo a Ordem Prisional Brasileira*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido.
- FOUCAULT, Michel. 1996. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- MARQUES, Adalton. 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir das relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VARGAS, Laura. J. O. 2011. *É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método de gestão Carcerária APAC*. Tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília.

Enviado: 2 de setembro de 2020
Aceito: 11 de novembro de 2020